

Que será Sustentabilidade no Pensamento Urbanístico do Século XXI?

Alison Jorge Alves do Carmo

Mestre e Estudante Doutorando, UFPE, Brasil.
alison.carmo@ufpe.br

Maria de Jesus de Britto Leite

Professora Doutora, UFPE, Brasil.
jubleite@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a sustentabilidade no campo do pensamento urbanístico e suas possibilidades para o século XXI. Para tanto, o método utilizado é o de revisões e confrontações de estudos que comportam distintos pontos de vista e arcabouços teóricos sobre as temáticas levantadas. Entre tais temáticas, tem-se críticas aos modelos mais comuns de desenvolvimento sustentável, obtidas principalmente a partir do economista Manoel Rebêlo Junior e do planejador Marcelo Lopes de Souza; tem-se uma nova visão de mundo ecológica proposta pelo físico e pensador Fritjof Capra, autor cujo arcabouço teórico também auxilia na interconexão entre as diferentes temáticas; e tem-se a apresentação de novas abordagens já existentes sobre sustentabilidade, encabeçadas especialmente pela filosofia do Bem Viver. A discussão destas temáticas no âmbito do pensamento urbanístico é propiciada principalmente pela historiadora urbana Françoise Choay, discussão esta já incitada pelo arquiteto Alison do Carmo. Em recente pesquisa de mestrado, este autor se vale de Choay para tecer confrontações entre as teorias de Fritjof Capra e teorias do arquiteto parametricista Patrick Schumacher; ambos apropriam-se do conceito de Autopoiese, mas constroem pontos de vista distintos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento. O resultado de todas essas confrontações permite ao artigo construir duas triangulações conceituais opostas que envolvem concepções de sustentabilidade, modelos econômicos e padrões culturais. A partir de tais triangulações, ao final, defende-se como inevitável uma transformação paradigmática para a efetivação de um Desenvolvimento Sustentável, pois que entendendo-se que seus três aspectos envolvidos devem ser proporcionalmente considerados e redimensionados.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo; Teoria. Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Prestes a se completar 50 anos desde a Conferência de Estocolmo, evento que em 1972 consagrou o início dos esforços internacionais por um Desenvolvimento Sustentável, liderados pela Organização das Nações Unidas, tais esforços já apresentam, hoje, incertezas e desgastes. Face a esse cenário, cabe questionar: qual será a compreensão de Sustentabilidade a ser aplicada ao espaço construído contemporâneo neste avançar do século XXI?

Passada certa euforia desenvolvimentista que embalou as décadas finais do século XX e as décadas iniciais do século XXI, movidas por novas abordagens ecológico-científicas, mas também por reconfigurações do sistema capitalista mundial após as crises econômicas das décadas de 60 e 70, já surgem questionamentos aos modelos comumente buscados de Desenvolvimento Sustentável. Afinal, fatos como a saída dos Estados Unidos em 2017 do Acordo Internacional de Mudanças climáticas – mesmo que seja momentâneo, conforme as mudanças de governo deste país – talvez exponham a fragilidade dos modelos mais convencionais que estruturam a ideia de Sustentabilidade. Ademais, já se avolumam críticas a esses modelos, enquanto que novas abordagens paradigmáticas de Desenvolvimento Sustentável têm sido cada vez mais defendidas.

A esta terceira década do século XXI, portanto, parece ser crucial refletir-se sobre a trajetória já empreendida pela Sustentabilidade e balizar-se a eficácia de alguns de seus parâmetros, no intuito de torná-los mais efetivos para o espaço construído contemporâneo. Conforme sugeriu o arquiteto italiano Bernardo Secchi (2006, p.85), afinal, *“nenhum século obviamente exprime as próprias peculiaridades a partir do primeiro ano, nem deixa de fazê-lo no último”*. Assim, a proposta deste artigo é comentar sobre teorias e críticas referentes ao Desenvolvimento Sustentável e sobre algumas de suas novas abordagens possíveis, relacionando-as ao Desenvolvimento Urbano Sustentável. Nesse contexto, levanta-se a hipótese de que, em seu cerne, a Sustentabilidade carece antes de tudo de um redimensionamento paradigmático, a partir do que, estima-se que suas operações mais objetivas poderão se tornar mais efetivas.

Para o desenvolvimento desta hipótese, discorre-se aqui sobremaneira a respeito da ampla sistematização teórica desenvolvida pelo cientista austríaco Fritjof Capra, talvez uma das mais fundamentadas obras que apontam para novas dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Capra propõe, na totalidade de seus escritos, uma nova visão de mundo ecológica.

Junto a esse arcabouço central proporcionado por Capra, comenta-se também outras teorias a ele relacionadas, como o conceito de Autopoiese, desenvolvido por Maturana e Varela e apropriados pelo próprio Capra. Ademais, toma-se para toda esta questão a crítica principal, já deferida por diferentes autores, de que a Sustentabilidade, nos moldes encabeçados pela ONU, seria originalmente um instrumento discursivo a serviço da reestruturação da economia capitalista, enquanto que novas abordagens – como por exemplo as abordagens teóricas do Bem Viver – apontam para uma noção de Desenvolvimento Sustentável inerente à própria ideia de desenvolvimento e, também mais especificamente, ao próprio ato de ser viver, ou de se bem viver; aponta, sobremaneira, para uma economia e uma cultura que se distanciam daquelas do capitalismo e da humanidade ocidental globalizada.

Por fim, esta questão é diretamente observada junto a teorias próprias do campo do Urbanismo, a partir de Françoise Choay e reforçada pelos estudos de Alison do Carmo. Tais estudos parecem evidenciar a necessidade de que os questionamentos feitos à Sustentabilidade também sejam direcionados diretamente ao urbanismo, e, modo contínuo, às concepções urbanas teóricas da modernidade e da contemporaneidade. Estes autores, inclusive, viabilizam, juntos, a análise de teorias do arquiteto inglês Patrik Schumacher, que se utiliza de conceitos bastante similares aos de Capra, como o de Autopoiese, mas que apresenta uma abordagem contrária às dimensões paradigmáticas deste segundo autor e favorável ao sistema econômico capitalista vigente. Uma contrariedade que, finalmente, nesta etapa do século XXI, evidencia a necessidade de novamente se questionar: que será sustentabilidade no pensamento urbanístico do século XXI?

Como resultado, e a partir dos autores estudados, este artigo aponta para a existência de duas possíveis triangulações conceituais envolvendo aspectos distintos de três idênticos fatores: concepção de sustentabilidade, modelo econômico e cultura e forma de pensamento. Essa triangulação nos auxilia a compreender como uma proposta de Desenvolvimento Sustentável não estaria e não pode ser dissociada do modelo econômico a que se atrela e das formas de vida e de pensamento de sua população em geral, o que exporia, enfim, a necessidade de uma revolução paradigmática referente à Sustentabilidade e à sua aplicação no espaço urbano.

OBJETIVOS

A partir da reunião do arcabouço teórico proporcionado pelas obras mais significativas de Fritjof Capra (1975; 1982; 1996); da exposição de críticas aos modelos convencionais de Desenvolvimento Sustentável efetivadas por autores como Rebêlo Junior (2002) e Souza (1999); e da explanação da nova Filosofia do Bem Viver através de Acosta (2016), o objetivo é discutir a sustentabilidade no campo do pensamento urbanístico e suas possibilidades para o século XXI, apoiado-se principalmente em reflexões sobre obras de Françoise Choay (1965; 1980) e sobre a Agenda 2030 da ONU (2015).

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este artigo foi a de revisões bibliográficas e confrontações teóricas, desenvolvidas em especial a partir da pesquisa de mestrado intitulada “Arquitetura, Urbanismo e Autopoiese: conceitos, contextos e críticas de um complexo campo ampliado” (CARMO, 2019). Esse método de confrontações teóricas permite contestar e demonstrar divergências de modos de se pensar sobre um mesmo tema, que no caso aqui proposto, volta-se à Sustentabilidade e sua aplicação à cena urbana. Além do mais, o método também permite revisões de conceitos que fundamentam as discussões envolvidas, já que aprofundam as suas bases de conhecimento.

Essa metodologia foi adotada na referida pesquisa de mestrado, quando interessava entender a utilização da ideia de Autopoiese na arquitetura e no urbanismo. Se bem que concebido sob horizontes paradigmáticos e de sustentabilidade a partir de Maturana e Varela, e endossados por Capra, esse conceito foi inicialmente apropriado no campo do espaço construído através de Patrik Schumacher, arquiteto e sócio do escritório inglês Zaha Hadid Architects, para a promoção da técnica digital de projeto do parametricismo em sua obra “The Autopoiesis of Architecture” (SCHUMACHER, 2011, 2012). Segundo análises realizadas por Carmo, a proposta teórica de Schumacher se mostra equivocada face a incongruências como, principalmente, suas interpretações a respeito da ideia original de Autopoiese. Em função da exposição desta e outras incongruências, observadas ao longo da pesquisa, notou-se a necessidade de uma melhor apreensão e compartilhamento a respeito da ideia de Autopoiese, o que também levou a realizar-se estudos sobre as sistematizações teóricas de Fritjof Capra como uma apropriação que, diferentemente de Schumacher, mostra-se mais fidedigna à contedística original do conceito. Pois se por um lado a ideia de Autopoiese e a visão ecológica de Capra nos remetem a um profundo redimensionamento da ideia de Sustentabilidade, Schumacher apropria-se objetivamente daquele conceito por meio de um entendimento de sustentabilidade que mais se coaduna aos modelos comuns e capitalistas de desenvolvimento; modelos tais que, para Rebêlo Junior e Souza, como será exposto mais adiante, estariam exatamente em consonância com as concepções originais dos discursos mais comuns sobre Desenvolvimento Sustentável.

Em uma entrevista concedida, por exemplo, Schumacher declara que os imperativos do desafio ecológico somente podem ser colocados após os imperativos do desenvolvimento do modelo pós-fordista do capitalismo.

O desafio ecológico está entre os momentos determinantes de nossa época. Seu impacto sobre a arquitetura e o urbanismo contemporâneos se situam só depois do desafio pleiteado pela dinâmica e complexidade da sociedade pós-fordista. (SCHUMACHER; FLORES, 2011, tradução livre).

Essa declaração evidencia a postura através da qual Schumacher parece apropriar-se da ideia de Autopoiese de modo equivocado, contraposto ao entendimento original desse conceito. E este fato, face às proporções a que o Parametricismo defendido por Schumacher tem chegado por exemplo, é indicador da necessidade de serem repensados os esteios dos

pensamentos sobre espaço urbano, especialmente à luz da necessidade de um efetivo Desenvolvimento Sustentável para o século XXI.

MÉTODO DE ANÁLISE

Através das confrontações teóricas realizadas, reconhece-se a existência de duas possíveis triangulações conceituais entre aspectos distintos de três idênticos fatores: modelo econômico, concepção de sustentabilidade e cultura e forma de pensamento. Por um lado, uma das triangulações demonstra como os discursos convencionais de Sustentabilidade estariam ligados aos padrões econômicos capitalistas e, sobretudo, ao estilo de vida e ao pensamento científico da Era moderna. Por outro lado, a segunda triangulação demonstra como novas abordagens efetivas de sustentabilidade seriam dependentes de padrões econômicos distintos daqueles capitalistas vigentes, e, conseqüentemente, de novos estilos de vida e novas formas de pensamento, mais apropriados a uma contemporaneidade sustentável e não consumista. O cerne dessas triangulações é propiciado principalmente a partir de Fritjof Capra, cujos esforços teóricos têm se voltando para fazer compreender justamente como as diversas questões de sustentabilidade, desenvolvimento econômico, percepções de mundo, etc, integram uma única rede e, por isso, devem ser consideradas a partir de um entendimento sistêmico. Dito isso, acresce-se aqui à visão de Capra alguns autores que também auxiliam a compreender seu ponto de vista sistêmico, com abordagens mais específicas quanto às questões econômicas (Rebêlo Junior), às questões do Desenvolvimento (Souza), e ao pensamento urbanístico diretamente (Choay).

a) Sistematização do arcabouço teórico proporcionado por Fritjof Capra

Tomando-se o objetivo central deste artigo de se comentar teorias e críticas referentes ao Desenvolvimento Sustentável, com base, principalmente, na sistematização teórica de Fritjof Capra, cabe despender aqui um breve relato a respeito da obra deste autor! A sua relevância para abordagens paradigmáticas sobre Sustentabilidade advém da singularidade de sua trajetória. Físico de formação, Capra iniciou sua imersão nesta temática trazendo ao público reflexões a respeito das próprias percepções humanas de mundo! Movido por inquietações que desde o século XX têm sido cada vez mais alimentadas por avanços científicos, advindos por exemplo das Teorias da Relatividade de Albert Einstein, da Teoria Quântica de Max Planck e Werner Heisenberg, da Teoria do Caos de Edward Lorenz e uma ampla gama de outras teorias a que o autor faz referência – e que colocam em jogo, por exemplo, compreensões sobre a dualidade entre tempo e espaço, matéria e energia –, Capra defende que o mundo seria, antes de qualquer coisa, uma ampla realidade interconectada em que não há separação entre o mundo externo e o mundo concebido a partir da própria percepção humana. A Sustentabilidade, portanto, não seria algo referente só ao equilíbrio ecológico – como comumente se faz compreender a partir de discursos comuns à ONU, ou ao menos de seus discursos iniciais sobre a temática –, mas estaria relacionada principalmente à compreensão do ser humano sobre si e sobre o próprio mundo.

O início das defesas de Capra se deu com o livro “O Tao da Física”, lançado em 1975, no qual o autor trata das transformações perceptivas proporcionadas pela ciência, tecendo-se aí paralelos com o Misticismo Oriental. Segundo ele,

No misticismo, o conhecimento não pode ser separado de um determinado modo de vida, que se torna sua manifestação viva. Assim, adquirir conhecimento místico equivale a passar por uma transformação; poder-se-ia mesmo afirmar que o conhecimento é a transformação. O conhecimento científico, por sua vez, pode frequentemente permanecer abstrato e teórico. A maioria dos físicos de nossos dias não parece compreender as implicações filosóficas, culturais e espirituais das suas teorias. Muitos deles apoiam ativamente uma sociedade que ainda se baseia numa visão fragmentada, mecanicista, sem perceber que a ciência aponta para além de tal visão, em direção à unidade do universo, que inclui não apenas o nosso ambiente natural, mas também os demais seres humanos. Creio que a visão do mundo decorrente da física moderna é inconsistente com a sociedade atual, que não reflete o estado de inter-relação harmoniosa que observamos na natureza. Para alcançar um tal estado de equilíbrio dinâmico, será necessária uma estrutura social e econômica realmente diferente, ou seja, uma revolução cultural no verdadeiro sentido da expressão. A sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender da efetivação ou não dessa transformação. (CAPRA, 1975, p.229).

Posteriormente, no livro “O Ponto de Mutação”, lançado em 1982, Capra aprofunda um discurso menos místico e mais objetivo às suas abordagens, através do qual defende com maior clareza a necessidade de uma nova visão ecológica de mundo. Categoricamente, ele declara que

Temos taxas elevadas de inflação e desemprego, temos uma crise energética, uma crise na assistência à saúde, poluição e outros desastres ambientais, uma onda crescente de violência e crimes, e assim por diante. A tese básica do presente livro é a de que tudo isso são facetas diferentes de uma só crise, que é, essencialmente, uma crise de percepção. Tal como a crise da física na década de 20, ela deriva do fato de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo obsoleta – a visão de mundo mecanicista da ciência cartesiana-newtoniana – a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos. Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma visão ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece. (CAPRA, 1982, p.13-14).

Depois de lançar outros dois livros referentes à sua trajetória intelectual e espiritualista, “Pertencendo ao Universo” (1991) e “Sabedoria Incomum” (1995), foi finalmente em “A Teia da Vida” (1996) que Capra chegou à elaboração de uma teoria mais consistente sobre uma sugerida nova visão de mundo. Neste livro, ele igualmente retoma um amplo relato a respeito de teorias científicas, atravessando, principalmente, teorias sistêmicas e adotando a ideia de Autopoiese para descrever a essa Visão de Mundo como necessária para a contemporaneidade. Criada na última década de 70 pelos cientistas chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, a Autopoiese é um conceito que trata de uma dinâmica existencial elementar a todo e qualquer sistema vivo, que se configuraria como a latente capacidade de

“autocriação”, ou “autorreconstituição” (do grego, *auto*, próprio, e *poiesis*, criação)¹. A partir desta ideia de autopoiese, que para Capra seria o próprio “padrão da vida” (1996, p.135), o autor constrói sua efetiva visão ecológica de mundo como sendo a compreensão do processo vital que envolve a imbrincação contínua e autorreconstituente entre as estruturas e as relações de todo e qualquer sistema vivo (ibid. p.133 et seq.). Na visão de mundo ecológica e autopoietica de Capra, portanto, e conforme nos esclarece o arquiteto e urbanista Alison do Carmo, um equilíbrio sustentável para o mundo estaria na consonância tão maior quanto possível entre as estruturas e relações de todo e qualquer sistema vivo, aí incluso os sistemas vivos humanos que abarcam o espaço construído das cidades e outros assentamentos. Segundo as palavras do autor:

[...] as relações de um sistema incorporam em sua estrutura física um padrão de organização, e sentido inverso, a estrutura – especialização material das relações – aufere um maior poder ao sistema para conservar suas relações, e conservar desse modo seu padrão vivo; autorreconstituir-se enfim. (CARMO, 2009, p.1999)

Nessa visão de mundo, finalmente, estariam imbrincados os aspectos mais objetivos da vida, como a realidade exterior, ecológica, a seus aspectos mais subjetivos, como relações entre os seres, relações com o ambiente, relações ecológicas, e a própria realidade interna de cada ser: sua psique, suas emoções, etc.

A partir de toda esta compreensão, Capra reconhece uma provável cisão entre a epistemologia moderna e uma nova epistemologia contemporânea. Pois, se por um lado o conhecimento moderno separara a realidade externa da realidade interna, considerando-se o mundo a partir de um ponto de vista fragmentado e mecânico, esta seria talvez uma das próprias razões da forma de vida insustentável a que chegou a moderna civilização humana. As relações da vida humana, dentre as quais o seu próprio conhecimento, estariam assimem dissonância com as estruturas que o próprio ser humano constrói para si. Estaria havendo então discordâncias entre o “ser” e o “fazer” humanos, como sugerem os próprios autores da ideia de Autopoiese, Matura e Varela:

Possuir uma organização, evidentemente, é próprio não só dos seres vivos, mas de todas as coisas que podemos analisar como sistemas. No entanto, o que os distingue é sua organização ser tal que seu único produto são eles mesmos, inexistindo separação entre produtor e produto. O ser e o fazer de uma unidade autopoietica são inseparáveis, e esse constitui seu modo específico de organização. (MATURANA; VARELA, 1987, p.89).

Essa nova visão ecológica e contemporânea de mundo, Capra a corrobora com suas últimas duas publicações posteriores, “Conexões Ocultas” (2002), na qual explora justamente mais facetas sobre as relações do sistema humano, como a mente, a consciência, a realidade social e as redes do capitalismo global, e “A Visão Sistêmica da Vida” (2014). Neste último livro,

¹ A semântica do termo autopoiese aproxima-se de outros termos que, devido à originalidade daquele, têm se mostrado úteis para explicá-la. Em português e inglês, por exemplo, vê-se na literatura diferentes interpretações como autocriação (self-creation), autorrecriação (self-creation), autoprodução (self-production), autorreprodução (self-reproduction), autorreconstituição (self-reconstitution), autorrefazimento (self-remaking), etc. Segundo CARMO (2019), contudo, “autorreconstituição” seria o termo que melhor interpreta o conceito de Autopoiese.

ele apresenta uma ampla sistematização de toda a sua obra, propondo não só uma mais elaborada síntese, como ainda maiores discussões a respeito de suas possíveis repercussões filosóficas, sociais, econômicas e políticas.

b) Sistematização do arcabouço crítico proporcionado por outros autores

Junto a todo esse arcabouço teórico proposto por Capra, auxiliam-nos também em nossas compreensões as críticas já deferidas por outros autores aos modelos mais comumente buscados de Desenvolvimento Sustentável, e que encontram grande paralelo com os apontamentos aqui já referidos em Carpa. Segundo o economista Manoel Rebêlo Junior, a própria ideia de Sustentabilidade seria um instrumento forjado por altas esferas do capitalismo mundial para a conservação do *status quo* do sistema capitalista após sua terceira grande crise nas décadas de 60 e 70 do século XX. Segundo Rebêlo, as duas grandes crises anteriores haviam sido superadas por meio da realização de guerras ocasionadas por diferentes países, envolvendo luta por poder e por conquista de recursos naturais. Todavia, à época da terceira grande crise, esse tipo de guerra já não se tornava viável devido ao alto grau de desenvolvimento tecnológico e atômico a que chegara o acervo bélico mundial. A saída, portanto, segundo Rebêlo, teria sido a criação de uma estratégia desenvolvimentista do capitalismo disfarçada de causa humanitária. Em sua tese “O Desenvolvimento Sustentável: a crise do capital e o processo de recolonização”, Rebêlo defende que

Para a terceira grande crise [do capitalismo] (1971...), não é mais possível a saída via uma nova grande guerra. O poder destruidor das armas atômicas simplesmente inviabilizaria qualquer tentativa de sobrevivência, seja quem fosse o vencedor. Por outro lado, nas duas grandes crises anteriores, os principais países capitalistas possuíam o controle dos territórios onde estavam as matérias-primas, que eram mantidos sob o jugo do poder colonial. Com as independências pós II grande guerra e as teorias desenvolvimentistas, esse controle passou a não ser mais tão efetivo; o que ficou explícito com a grande crise que se inicia formalmente em 1971. Como então redividir novamente o mundo, quebrando o poder político dos principais países controladores de matérias-primas? (...) Em 1970, nos momentos em que a crise já começava a ser sentida, especialistas de 14 países se reuniram na sede parisiense da Unesco. Vários participantes enfatizaram a necessidade de uma “meta superior” para unir o mundo. (...) Não se está negando a existência de um problema ambiental. Este é real. O que se pretende mostrar é que, a partir desse problema ambiental – aflorado em 1971 – ele passa a ser a tábua de salvação do capitalismo e a oportunidade de redividir o mundo via um processo de recolonização. (REBÊLO JUNIOR, 2002, p.5-6).

Assim como Rebêlo Junior, o geógrafo e planejador Marcelo Lopes de Souza tece duras críticas aos moldes mais comuns do Desenvolvimento Sustentável, não sob um ponto de vista econômico, como o autor anterior, mas do ponto de vista do próprio Planejamento Urbano. Souza defende que a ideia de Sustentabilidade deveria ser compreendida como inerente à própria ideia de Desenvolvimento, e não a qualquer teoria ou discurso a que a civilização humana se acredita capaz de acrescentar ao seu processo desenvolvimentista. Ele nos declara que o que de verdade parece haver no âmbito do Desenvolvimento Sustentável é um “*mainstream*” discursivo equivocado que pouco contribui para a efetivação da Sustentabilidade.

Pois bem: em que os trabalhos representativos do mainstream da estratégia do 'desenvolvimento urbano sustentável' contribuem para fazer um melhor diagnóstico ou para a ultrapassagem prática das dificuldades? [...] Enquanto o repensamento do que seja 'desenvolvimento' não for amplamente aceito como um desafio planetário e profundo, implicando a necessidade de uma 'transformação radical no modelo civilizatório em nível mundial', esse estilo de ponderação revestir-se-á sempre, mesmo que involuntariamente, de uma aura de cinismo [...] (SOUZA, 1999. P.257)
“Nesse sentido, é possível dizer que o discurso-padrão do 'desenvolvimento (urbano) sustentável' não apenas não se fundamenta em uma teoria científica consistente, mas a rigor, nem sequer encerra qualquer avanço analítico enquanto abordagem do desenvolvimento como desafio social: de certo modo, esse discurso é uma expressão acabada da falência intelectual da contemporaneidade. (ibid. p.261-262).

Como se vê, portanto, através de Capra, Rebêlo Junior e Souza, e como já inicialmente sugerido neste artigo, as ideias convencionais de Desenvolvimento Sustentável parecem necessitar serem redimensionadas. A sustentabilidade, que segundo Rebêlo Junior seria um instrumento próprio do sistema capitalista, deveria ser compreendida, isso sim, como imanente à própria ideia de Desenvolvimento, como nos sugere Souza, o que parece consoante com as defesas de Capra por um significativo redimensionamento paradigmático multifatorial sobre a temática. Corroborando esse sentido, o avanço de tais críticas ao longo das décadas tem possibilitado uma maior visibilidade para outras concepções menos conhecidas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, como a filosofia do Bem Viver e toda uma série de outras abordagens correlatas.

c) Apresentação de novas abordagens ao desenvolvimento sustentável

Levantados os arcabouços teórico e crítico, a terceira etapa de nosso método de análise foi o de comentar novas abordagens possíveis ao Desenvolvimento Sustentável. Dentre elas, a filosofia do Bem Viver, especialmente, tem sido cada vez mais difundida e apresentada em empreendimentos concretos de Sustentabilidade. O valor e a relevância desta filosofia estão em sua contraposição radical ao modo de vida ocidental globalizado. É uma posição que se afasta da base de sustentação do sistema capitalista e que propõe um resgate de valores originários, não apenas econômicos, mas de diversas ordens, e cultivados por povos seculares como os indígenas da América do Sul, isto é, os povos andinos, peruanos, amazonenses, dentre outros.

Embora se assemelhe às ideias de Rebêlo Junior e Souza, o que corrobora a suposição de que a sustentabilidade não seria algo a ser desenvolvido, mas a ser resgatado, o Bem Viver não se propõe a rever as bases do sistema capitalista, mas a delas se apartar definitivamente. Enquanto Rebêlo Junior sugere novos olhares à sustentabilidade a partir de revisões econômicas do capitalismo; enquanto Souza sugere uma revisão do conceito de desenvolvimento; e enquanto Capra propõe rever as bases da percepção humana vigente, referentes à cultura, ao estilo de vida e à epistemologia vigentes, para Alberto Acosta (2016) o valor da filosofia do Bem Viver reside justamente na revalorização de qualidades e posturas da vida humana em harmonia social com a natureza, que foram e ainda são capazes de sustentar ao longo dos séculos a vida

de povos indígenas e de seus descendentes. Este é um ponto de vista que questiona a própria ideia de civilidade, colocando em cheque os padrões civilizatórios da cultura eurocêntrica, notadamente marcada por um processo colonialista e exploratório que nos últimos 500 anos, pelo menos, não só marcou seu avanço sobre o Novo Mundo como também lançou as bases selvagens com que o sistema capitalista sustenta-se ainda hoje.

De certo, pois, esta filosofia se acerca e se adequa a toda uma onda de novos empreendimentos sustentáveis que têm cada vez mais se disseminado por todo o mundo, mas que, a partir de pontos de vista mais comuns, são tidos como alternativos ou de contracultura. Trata-se dos empreendimentos de Permacultura, Construção Ecológica, Agroecologia, entre outros. São propostas que, assim como o Bem Viver, estabelecem a necessidade de se resgatar um maior equilíbrio entre a espécie humana e seus habitats naturais, através de modos de vida mais tradicionais e não pautadas no consumismo como garantia econômica. São propostas que, ademais, e de modos completamente diversos ao longo do mundo, apostam em inovações de variados tipos, mas que perpassam o resgate de saberes e técnicas originárias para a implantação de estilos de vida mais tradicionais, envolvendo principalmente os hábitos e as formas de construção e cultivo da terra. Parece ser a possibilidade de se congregarem todas essas iniciativas sob a égide do Bem Viver, portanto, que expõe o valor paradigmático desta filosofia, e que já a faz estar presente como um dos fundamentos da Constituição do Equador e da Bolívia, por exemplo. As palavras de Acosta nos ajudam a ter uma compreensão mais direta sobre o Bem Viver:

O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, o cooperativistas, os marxistas e os humanistas. (ACOSTA, 2016, p.34).

O Bem Viver, que surge de visões utópicas, está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista – e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade. O esforço deve estar dirigido às ‘substâncias’, como diz a economista mexicana Ana Esther Ceceña, antes que às formas – instituições ou regulações. (ibid. p. 40).

Como exemplo prático da aplicação destas novas filosofias de vida – no caso específico, de um empreendimento desenvolvido sob bases da Permacultura, mas que se coadunam ao Bem Viver – tem-se o Sítio Jardins Marizá, situado no povoado de Creguenhem, no município de Tucano, no estado da Bahia, no Brasil. Pelas mãos da proprietária Marsha Hanzí, desde o ano de 2003 o sítio, originalmente encontrado em estado quase desértico, apenas com pequenas vegetações rasteiras, vem passando por uma transformação significativa, tornando-se intensamente mais vegetado, produzindo alimentos e aumentando-se a quantidade e diversidade de animais presentes. Uma transformação que pode ser constatada, por exemplo, quando comparando-se através de imagens aéreas a situação atual da propriedade e a situação de propriedades vizinhas, cultivadas através de técnicas mais convencionais de agricultura.

Figura 1: Sítio Jardins Marizá ao início dos cuidados de Marsha, em 2003.



Fonte: HANZI, 2003.

Figura 2: Sítio Jardins Marizá no ano de 2019 em comparação com sítios vizinhos de agricultura tradicional.



Fonte: Redes Sociais da Proprietária Marsha Hanzi. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/BxQbzF5HcqG/?igshid=akwmqnj1u79z>. Acesso: 05 nov. 2020.

RESULTADOS

Na pesquisa de mestrado aqui referida, as incongruências observadas na apropriação da ideia de Autopoiese a partir de Schumacher parecem ilustrar não apenas uma divergência conceitual, mas a própria distinção entre as triangulações conceituais que aqui apontam para a necessidade de um redimensionamento das ideias mais convencionais de desenvolvimento sustentável. Afinal, observando-se as proposições teóricas de Schumacher junto a sua postura profissional parametricista e à sua postura a-econômica pós-fordista, nota-se o quanto suas concepções de sustentabilidade, de economia e de mundo parecem estar imbrincadas. Um dos argumentos observados que apontam para as incongruências de Schumacher foi justamente o de que as ideias do autor não coincidem com os horizontes paradigmáticos que parecem ser imanentes à ideia de Autopoiese. Capra, ao contrário, colocando-se na triangulação oposta ao adotar a ideia de Autopoiese, toma uma postura paradigmática em relação à sustentabilidade e na qual reconhece, especificamente, a necessidade de se discutir e apostar-se em novos modelos econômicos, culturais e epistemológicos para a efetivação de um desenvolvimento sustentável.

Sobre esse sentido, vale citar ainda o valor paradigmático que Schumacher tenta imputar em sua obra teórica, buscando com ela uma extensa sistematização que se estabelecesse como base para o parametricismo enquanto técnica da vanguarda contemporânea. Uma proposta que, se não bem analisada nos termos que suscita a pesquisa e este artigo, e dado a popularidade com que a técnica paramétrica tem se difundido nas últimas décadas, pode ser nociva para uma efetivação do próprio desenvolvimento sustentável e seu redimensionamento paradigmático. Esta questão, finalmente, pode ser ilustrada através do finado arquiteto Roberto Segre (2012), que em sua última etapa da vida lecionava na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No ano de 2012, ele pode presenciar a visita de Zaha Hadid e Patrik Schumacher a esta instituição, surpreendendo-se ali, como relata em posterior artigo, com uma massiva presença de alunos jamais vista ao longo de sua docência. Mas em suas reflexões posteriores ao acontecimento, e a partir de uma maior análise sobre o próprio parametricismo, ele chegou a questionar:

[...] é lícito aceitar a “parametrização” como um novo “estilo”, uma vez que é mais uma ferramenta de projeto do que uma representação estética? E se este novo potencial dos computadores se identifica com as obras de Zaha, como aplicá-lo para resolver os agudos problemas econômico, sociais e ambientais que exigem uma arquitetura sustentável e voltada para os novos desafios que se apresentam nesta etapa do século 21? (SEGRE, 2012).

Tal questionamento, além do mais, se assim o podemos endossar, torna-se imprescindível à esta altura do ano de 2020, momento em que se agravam uma série de questões que nos incitam a buscar ainda mais por um desenvolvimento sustentável: a situação de povos refugiados ao longo de todo o mundo; as ameaças que regimes políticos extremistas têm destinado a povos originários e conquistas democráticas da população como um todo – cada vez mais atuantes inclusive na América do Sul –; e finalmente as novas reflexões a que a recente Pandemia da Covid-19 nos conclama, em função da salubridade e saúde do espaço humano construído.

Esta ainda multiplicação e agravamento de situações que nos incitam a respeito de um Desenvolvimento Sustentável podem ser consideradas como evidências próprias de que algo necessita ser redimensionado nas concepções mais convencionais de Sustentabilidade. E se observarmos diretamente estas concepções, notaremos que, desde sua origem na conferência de Estocolmo em 1972, elas parecem justamente tentar adaptar-se ao longo do tempo na busca por efetivar-se. Ao longo dos anos, pois, já observa-se uma elaboração cada vez maior das concepções comuns de Sustentabilidade: o que inicialmente fora tratado como um modo de cuidado relativo aos recursos naturais que não ameaçasse a sustentação das gerações futuras na supressão de suas necessidades – um enfoque majoritariamente externo, ecológico -, com o tempo passou a ser mais comumente considerado por diversas fontes como uma sinergia de qualidades “ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas”. E mais do que isso, a Agenda 2030 da ONU para um Desenvolvimento Sustentável, lançada no ano de 2015 em Nova York, apresenta uma ampla gama de objetivos que, no momento presente, têm sido o principal esteio de países, instituições e da sociedade em geral para a definição de ações de sustentabilidade. Segundo esta agenda, cuja proposta é ser executada até o ano de 2030, são 17 os principais desafios a serem vencidos para a

efetivação de um Desenvolvimento Sustentável: 1. Erradicação da pobreza, 2. Fome zero e agricultura sustentável, 3. Saúde e bem-estar, 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de Gênero, 6. Água potável e saneamento, 7. Energia acessível e limpa, 8. Trabalho decente e crescimento econômico, 9. Indústria, inovação e infraestrutura, 10. Redução das desigualdades, 11. Cidades e comunidades sustentáveis, 12. Consumo e produção responsáveis, 13. Ação contra a mudança global do clima, 14. Vida na água, 15. Vida terrestre, 16. Paz, justiça e instituições eficazes e 17. Parcerias e meios de implementação (ONU, 2015). E como se vê, além do mais, todos estes desafios parecem estar interligados, como igualmente suscita a anterior correlação citada sobre o respeito ecológico, a viabilidade econômica, a justiça social e a diversidade cultural como princípios da Sustentabilidade. Um fato que, no fim das contas, parece aproximar-se da necessidade não de um cada vez maior elenco de desafios a serem vencidos, mas a uma própria reversão paradigmática geral.

Portanto, face a essa constante transformação dos discursos padrões de sustentabilidade, que lhes parece expor uma imprecisão ou ineficácia, e face aos embasamentos teóricos abordados, a questão que se levanta neste artigo é saber se os esforços destes discursos padrões, muito embora úteis e indispensáveis, serão suficientes para efetivar-se em um Desenvolvimento Sustentável, ou se serão imprescindíveis as revoluções paradigmáticas a que apontam Maturana, Varela, Capra e Carmo, na direção do Bem Viver e em consonância com as críticas já desferidas contra os modelos mais comuns de Sustentabilidade, como em Rebêlo Junior e Souza.

A esse respeito, por fim, e considerando-se a incidência da temática da Sustentabilidade diretamente sobre as concepções do espaço construído urbano, obras teóricas da historiadora François Choay (1965, 1980) nos auferem um ponto de vista elaborado dentro do próprio campo do urbanismo, e condizente com os redimensionamentos paradigmáticos aqui apontados. Tais obras, inclusive, foram objetos de estudo para a pesquisa de mestrado aqui referida e tornaram-se basilares para as suas análises e confrontações teóricas, que possibilitaram reconhecer as incongruências de Schumacher no tocante à ideia de Autopoiese e seus novos horizontes para concepções de sustentabilidade, horizontes que foram melhor desenvolvidos por Fritjof Capra.

Em seu livro “O Urbanismo”, François Choay elabora uma vasta ontologia de teorias urbanísticas e pré-urbanísticas, desde a era industrial até o século XX. Seu intuito foi investigar as bases da ciência urbanística, a fim de contribuir de modo basilar à reestruturação do espaço urbano justamente na iminência das crises econômicas dos anos 60 e 70 e que, em paralelo ao movimento pós-modernista, apontavam para a necessidade de novas concepções para o espaço construído, diferentes das bases modernas e modernistas bastante afeitas à industrialização e à dinâmica capitalista como um todo. Em suas análises, a autora constata que, ao longo de todas as teorias do urbanismo investigadas, não foi possível identificar uma base científica precisa. Segundo ela, todas as teorias do urbanismo estariam de algum modo conformadas sobre decisões político-econômicas, ou sistemas de valores específicos de um modo geral, apesar de que, muitas das vezes, alguns discursos científicos aparentavam atenuar – ou mesmo não fazer reconhecer-se diretamente – os posicionamentos e valores adotados pelas teorias.

Nas palavras de Choay (1965, p.49-56), a era industrial moderna possibilitou o aparecimento de uma sociedade diretiva, caracterizada pela existência de micro-grupos de

decisão responsáveis pelas decisões sobre o espaço urbano. Esses micro-grupos seriam movidos por discursos “logotécnicos” alicerçados na crença sobre a tecnologia e a ciência, mas discursos que, restritos em seus sistemas de valores, passaram a não favorecer a manutenção de qualidades urbanísticas até então presentes nas cidades tradicionais. Desde aí, ao que parece, a crença cega na tecnologia e na ciência parece ter estabelecido o “novo” como horizonte desenvolvimentista. Mas segundo Choay, para além de um objeto ou instrumento, a cidade seria um campo bem mais complexo de sistemas de signos e relações inter-conscientes que estariam de algum modo melhor apresentados nas cidades tradicionais, mas uma compressão não considerada por grande parte das teorias urbanísticas em seu caráter moderno, de modo que passaram a desconhecer a própria natureza das cidades. Tal desconhecimento estaria sendo justamente perpetuado por equivocados discursos “logotécnicos”, tecnologistas e cientificistas, e a existência da grande diversidade de teorias urbanísticas constituiriam o próprio indício da inexistência de um conhecimento científico basilar e unificador sobre a concepção das cidades, de modo que, até a época pós moderna em que Choay desenvolveu suas investigações, ninguém fora ainda capaz de conceber uma ideia precisa sobre qual seria a cidade do futuro.

Um contra-senso foi cometido, e continua a ser, sobre a natureza e a verdadeira dimensão do urbanismo. Apesar das pretensões dos teóricos, o planejamento das cidades não é o objeto de uma ciência rigorosa. Muito mais: a própria ideia de um urbanismo científico é um dos mitos da sociedade industrial. Na raiz de qualquer proposta de planejamento, por trás das racionalizações ou do conhecimento que pretendem fundá-la em verdade, escondem-se tendências e sistemas de valores. Essas motivações diretoras apareceram no começo da era industrial; e ligam-se de fato à problemática geral da sociedade maquinista. (CHOAY, 1965, p.49-50).

Um falso problema de fundamento está, pois, no âmago da crise do urbanismo. Os sistemas de valores nos quais o urbanismo se baseia, em última instância, foram simulados pela ilusão ingênua e persistente de uma abordagem científica. (CHOAY, 1965, p.51).

Com esses apontamentos, Choay aproxima-se de nossas abordagens críticas sobre a ideia de sustentabilidade e de desenvolvimento urbano ao nos permitir compreender de igual maneira que, as problemáticas referentes ao espaço construído resultam não de fatores específicos – econômicos, ecológicos, sociais –, mas de uma base epistemológica e conceitual que estaria no alicerce de como são pensados os ambientes urbanos. Ou, na linha de pensamento de Capra, as problemáticas do espaço construído estariam ligadas à própria visão de mundo vigente. Isso corrobora com as triangulações conceituais aqui apresentadas e que apontam para a necessidade de um redimensionamento paradigmático sobre a concepção de Sustentabilidade. Redimensionamento este que abarque, igualmente, os dois outros vértices das triangulações propostas: os modelos econômicos vigentes e os padrões de visão de mundo e estilos de vida.

E o que é mais, em sua segunda obra analisada, “A Regra e O Modelo”, Choay aprofunda suas inquietações levantadas em “O Urbanismo” a partir de uma análise mais contundente sobre a construção teórica das concepções do espaço construído, abarcando desde textos antigos a teorias urbanísticas do século XIX e XX, a fim de descobrir a real natureza destas últimas teorias.

Neste momento, são outros os meus objetivos. Já não é o caso de indagar o que são os escritos do urbanismo, determinando seus desvios e suas derivas com relação a um tipo discursivo conhecido, o discurso científico. Cabe descobrir o que eles são, as intenções secretas que camuflam tanto suas pretensões explícitas quanto suas ideologias tácitas, e definir seu verdadeiro estatuto. Este novo trabalho não nasceu, como o anterior, de uma indignação, mas de um espanto refletido. (CHOAY, 1980, p.2).

O que há de principal nas análises desta segunda obra – e que é relevante para nossos apontamentos – é o reconhecimento de Choay (1980) de três tipos elementares e de teorias autônomas sobre o espaço construído: os Tratados, as Utopias e as Teorias do Urbanismo modernas. Os primeiros equivaleriam ao esforço humano por normatizações, regimentos, em relação ao assentamento e construção, como em Vitruvius e em Alberti; os segundos, equivaleriam a esforços especulativos, utópicos, sobre estes aspectos, como em Morus e Owen. Já os terceiros, como em Cerdà e Corbusier, diferentemente dos primeiros, não seriam teorias originárias, de um caráter próprio como as anteriores, mas uma mescla entre os tratados e as utopias, ou entre a regra e o modelo, como sugere o título do livro. Segundo Choay, as Teorias do Urbanismo modernas seriam uma mescla “dissimulada” entre especulações e normatizações: especulações ligadas justamente aos sistemas de valores por ela evidenciados em seu primeiro livro; e sistemas estes cuja validação estaria refugiada especificamente por detrás dos discursos cientificistas normatizadores por ela observados. Sobre a *Teoría General de la Urbanización* (1867), do engenheiro espanhol Ildefons Cerdà, por exemplo, que segundo Choay seria a primeira das Teorias do Urbanismo, a autora alega que:

A Teoría não satisfaz uma série de exigências atualmente características de uma teoria científica: a capacidade explicativa, a capacidade de previsão, a transitividade e sobretudo refutabilidade. (...) Enfim, a ‘teoria’ de Cerdà é apresentada como uma verdade fixa e imutável, em termos que podemos imputar a um cientificismo, mas que dependem bem mais de um enfoque utopista. (CHOAY, 1980, p.277).

Com base nesta abordagem epistemológica sobre teorias do espaço construído, os estudos de Carmo (2019) confrontam as teorias de Choay com as teorias de Schumacher. Em suas análises, o autor conclui que Schumacher parece incorrer no mesmo equívoco das teorias modernas a que aponta Choa, buscando fundamentar seus próprios sistemas de valores através de discursos cientificistas. Não terá sido à toa, pois, que o autor tenha buscado o conceito de Autopoiese para as suas sistematizações teóricas sobre o Parametricismo. A Autopoiese, afinal, é um conceito complexo e que, de certa forma ainda novo entre as discussões científicas, deixa margem para novas proposições do conhecimento. A proposta teórica de Schumacher, portanto, parece justamente imbrincar posicionamentos econômicos, profissionais, pessoais, etc, por trás de um discursos cientificista. Essa constatação tornou relevantes e necessários os estudos sobre Capra, devido a sua Visão de Mundo Ecológica elaborada com a participação da ideia de Autopoiese; uma proposta que, apesar de munir-se do mesmo conceito que Patrik Schumacher, apresenta concepções de mundo extremamente distintas das deste autor.

Nesse aspecto, por fim, a partir do próprio campo do Urbanismo, Choay nos auxilia a observar as triangulações conceituais por nós levantadas e que apontam para a necessidade de

redimensionamentos paradigmáticos à ideia de Sustentabilidade, e à ideia de Desenvolvimento de um modo geral. Triangulações que, por um lado, como se observa em Schumacher, demonstram como discursos mais convencionais sobre desenvolvimento sustentável parecem de fato estar imbrincados aos modelos econômicos capitalistas, bem como às visões de mundo e estilos de vida mais comuns à humanidade ocidental globalizada. Mas triangulações que, por outro lado, como se observa em Capra, demonstram como a efetivação de discursos mais vivenciais de desenvolvimento sustentável – em especial, o Bem Viver e toda a sua rede de proposições e práticas – parece depender de novos modelos econômicos que buscam aprender com as tradições, bem como de uma reformulação da própria maneira de se ver o mundo. Uma transformação sobre os paradigmas da Sustentabilidade que, em última instância, não dependeria de nenhum discurso específico, mas de uma transformação no modo mesmo de como se vive a humanidade, na possibilidade de uma retomada de modos de vida mais tradicionais de relacionamento com a natureza e com os seres vivos, e, por isso mesmo, comprometidas com um equilíbrio profundo entre os homens e seus habitats. Uma transformação, pois, que muito supostamente dependetira do próprio “Bem Viver”.

CONCLUSÃO

As triangulações conceituais propostas por este artigo são um resultado colhido a partir das confrontações teóricas realizadas e que auxiliam a se enxergar a necessidade de um redimensionamento paradigmático da ideia de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Urbano como um todo. Redimensionamento este já defendido por alguns autores, como visto, mas que, por meio da abordagem das triangulações aqui discutidas, possibilita desprender-se de algumas teorias até então adotadas, e tecer paralelos e equivalências teóricas que possam conduzir a um entendimento de sustentabilidade urbana necessária às condições atuais apresentadas pelos riscos ambientais a que especialistas vêm vaticinando. Conforme pudemos constatar, por fim, existe uma imensa correlação entre concepções de modelos de sustentabilidade, padrões econômicos e formas de cultura e de pensamento que, ao que parece, dificilmente podem ser desvinculadas umas das outras. Sob tal entendimento, não seria possível discutir desenvolvimento sustentável sem discuti-lo no âmbito do próprio desenvolvimento econômico e urbano, como sugerem Rebêlo Junior e Souza, e no âmbito do próprio modo de vida e das bases epistemológicas que alicerçam grande parte da humanidade, como sugere Capra e como Choay deixa inferir através de suas análises realizadas sobre o pensamento urbanístico da Era Moderna.

Ao que parece, portanto, a constante ampliação e melhoria dos discursos mais convencionais sobre Desenvolvimento Sustentável, como se observa desde suas concepções originais em 1972 até a formulação em 2015 da Agenda 2030, talvez correspondam à mesma variação de discursos encontrados ao longo das teorias urbanas modernas. Estas, mais antigas, e mesmo tendo buscado um crescente respaldo da ciência em suas concepções urbanísticas, não foram capazes, segundo Choay, de alcançar uma ideia efetiva e unificadora de concepção urbana. Uma consideração teórica que, portanto, vale ser lançada sobre as concepções de sustentabilidade até então desenvolvidas, para que sejam balizadas as se mostram mais eficazes para o porvir do século XXI, bem como especificamente sobre as abordagens de

sustentabilidade adotadas pelo desenvolvimento urbano. E neste segundo ponto específico, essa discussão se torna mais crítica pelo fato de que as novas abordagens contemporâneas de sustentabilidade, como a filosofia do Bem Viver, apontam para formas de vida que questionam o próprio modelo de das grandes cidades hoje: cidades cujo desenvolvimento, apesar de apresentarem suas diversificações, parece dar-se essencialmente sob a triangulação capitalista-científica-globalizada. Nos termos da forma de vida a que o Bem Viver conclama, porém, voltada ao resgate de saberes e práticas mais tradicionais ligados a um profundo equilíbrio social, econômico e ambiental, dá-se uma triangulação ainda não exatamente definida, mas que talvez possa ser expressa como comunidade-vivência-localidade. Para a definição desta segunda triangulação, seria possível adotar uma série de outros termos já existentes, como por exemplo “socialista”, “comunista”, “filosófico”, “espiritualista”, “cidadino”, “bairrista”... termos que de algum modo apresentam alternativas aos padrões de vida capitalistas, científicos e globalizados. Não obstante, parece ser a discussão conceitual entre estes termos aquilo que já se apresenta no cenário global. O que é mais flagrante, por exemplo: países têm se colocado contra países em função de seus modelos econômicos defendidos, por exemplo. Muito obviamente, contudo, distintos interesses econômicos que suplantam a circunscrição de um respectivo território, quer através de discursos declarados ou não, envolvem toda uma ideia de globalização, divisão de recursos, divisão internacional do trabalho e uma série de outros fatores a tudo relacionados. Em alternativa a tudo isso, o que a triangulação conceitual aqui proposta deseja enfatizar é não a crítica ou a corroboração de um conceito ou outro, mas a sustentação da necessidade de uma transformação paradigmática, e não simplesmente a escolha de um ou outro conceito. Certamente não podemos esperar que o modelo capitalista de vida e de economia desapareça da noite para o dia. Igualmente, a ciência é responsável por inúmeras contribuições ao desenvolvimento da humanidade, que o pensamento moderno viabilizou. Não obstante, ao defendermos a necessidade de uma revolução paradigmática, reconhecemos como inevitável perseguir um Desenvolvimento Urbano Sustentável nos moldes do Bem Viver. E seja lá quais forem os discursos adotados por um país, por uma instituição ou grupo de pessoas, parece ser só através de um coerente equilíbrio entre todos os fatores econômicos, ambientais e sociais envolvidos, que a sustentabilidade poderá ser efetivada. Uma questão, portanto, que, ao que parece, afasta-se dos discursos mais convencionais de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, ao questionarmos “que será Sustentabilidade no Pensamento Urbanístico do Século XXI?”, presumimos que somente haverá um desenvolvimento urbano sustentável para o século XXI se ele estiver não mais no pensamento, mas na própria realidade do mundo construído. Eis aí, talvez, o desafio: para que um desenvolvimento sustentável possa efetivar-se, isto é, sair do pensamento para concretizar-se na realidade, parece ser irrecorrível adentrar-se nos planos mais profundos, interligados e paradigmáticos de que parecem depender as necessárias transformações econômicas, sociais, culturais, ambientais, epistemológicas, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**, uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução Tadeu Brenda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 264p.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos. Tradução Newton Roberval. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. 256p.

_____. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergentes. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1982. 447p.

_____. **O Tao da Física**, Um Paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental. Tradução José Fernandes Dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1975. 260p.

CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo**: sobre a teoria da arquitetura e urbanismo. Título original em francês: *La règle et le modèle – Sur la théorie de l'architecture et d'urbanisme* [1980]. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 333p. (Coleção Estudos, 88).

_____. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Título original em francês: *L'Urbanisme: Utopies et Réalités, Une antologie* [1965]. Tradução Dafne Nascimento Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 350p. (Coleção Estudos, 67).

CARMO, Alison J. A. **Arquitetura, Urbanismo e Autopoiese**: conceitos, contextos e críticas de um complexo campo ampliado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. 228p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34607>. Acesso: 04 nov. 2020.

HANZI, Marsha. **O Sítio Abundante**, co-criando com a natureza. 2ªed. Lauro de Freitas: Edição da Autora, 2003. 48p.

MATURANA, H.; VARELA, G. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Original em alemão: *Der Baum der Erkenntnis: Die Biologischen Wurzeln des menschlichen Erkennens* [1987]. Tradução Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Editora Psy II, 1995. 281p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Título original em francês: *Introduction à la Pensée Complexe* [2005]. Tradução Eliane Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre, Sulina, 2011.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável**: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. Título original em italiano: *Prima Lezione di Urbanistica* [2000]. Tradução Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Perspectiva, 2006. 1ª ed. 207p. (Coleção Debates, 306).

SEGRE, Roberto. **Zaha Hadid e Patrik Schumacher na FAU UFRJ**. Parametrização é um novo estilo na arquitetura? Drops, São Paulo, ano 12, n. 055.02, Vitruvius, abr. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/12.055/4312>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SCHUMACHER, Patrik. **The Autopoiesis of Architecture**: A New Framework for Architecture. Volume 1. Londres: John Wiley & Sons, 2011. v. I. 461p.

_____. **The Autopoiesis of Architecture**: A New Agenda for Architecture. Volume 2. Londres: John Wiley & Sons, 2012. v. II. 774p.

SCHUMACHER, Patrik; FLORES, Loreto. Entrevista, La Autopoiesis de la Arquitectura. **Revista de Arquitectura**. Universidad de Chile; v.17, n.23, p. 58-75, 2011. Disponível em: <https://dearquitectura.uchile.cl/index.php/RA/article/view/26903>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano**: Um Estudo Sobre a Problemática Sócio- Espacial nas Metrópoles Brasileiras [1999]. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 368p.

UNITED NATIONS (Organização das Nações Unidas, ONU). **The Millennium Development Goals Report**. 2015. Disponível em: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2015/English2015.pdf>. Acesso: 06 nov. 2020.